



### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

No dia vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, reuniram-se, no auditório da Reitoria em formato híbrido, os membros do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em reunião ordinária. A sessão foi presidida pelo Reitor Adriano Willian da Silva Viana Pereira. Presentes estavam os seguintes dirigentes: Alexandre Dullius, Carlos José Dalla Nora, Ciro Bächtold, Cleverton Juliano Alves Vesentini, Daniel Rotella Cocco, Deividson Luiz Okopnik, Ezequiel Burkarter, Fabrício Baptista (remoto), Flávio Endrigo Cechim, Giancarlo de França Aguiar, Gisley Lima de Menezes, Gismar Schilive de Souza, Graciela Cabreira Gehlen, Hugo Alberto Perlin, João Luciano Bandeira (remoto), Joaquim José Honório de Lima, José Barbosa Dias Junior, Kayla Walquiria Garmus, Márcio Luiz Modolo, Patrícia Elisabel Bento Tiuman, Paulo de Oliveira Fortes Junior (remoto), Paulo Sérgio Horst (remoto), Rafael Petermann, Rafael Poltronieri, Reinaldo Benedito Nishikawa, Ricardo Rodrigues de Souza, Ricardo Töws, Sheila Cristiana de Freitas, Silvana Lazzarotto Schmitt, Gabriel Augusto Cação Quinato, Thiago Pereira do Nascimento, Dayane de Oliveira Gomes (remoto). Como convidados participaram: Giovanni Mori, Patricia Teixeira, Nilton Ferreira Brandão, Rosane de Fátima Batista Teixeira, Flavia Elisabeth da Silva Block, José Nivaldo Balbino, Roberto Teixeira Alves, Cleverson Ramom Carvalho. A secretaria da reunião foi realizada por Ricardo de Brito Buguéra, da Secretaria dos Órgãos Colegiados. O presidente deu início a reunião saudando todos os presentes. No Expediente, item 2, colocou em apreciação as atas das reuniões de 21 de fevereiro, 13, 14 e 21 de março e 18 de abril de 2024. Carlos sugeriu que os dirigentes tenham mais tempo para leitura e revisão das atas, considerando o curto prazo de envio pela Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC), inferior a cinco dias úteis. Na Sugestão dos Dirigentes, item 1, "Reposição de atividades paralisadas durante a greve". O presidente explicou que, ao final da greve, os sindicatos em nível





nacional, após firmados acordos de negociação sobre as pautas de greve, também assinam um termo de acordo referente à reposição das atividades ou possíveis descontos na folha de pagamento. Após isso, é realizada a ação em nível local e institucional. Lembrou que em períodos anteriores à greve, quando houve desconto na folha de pagamento, este foi devolvido ao servidor. A reposição de trabalho aconteceu com horas extras de expediente para os técnicos administrativos em educação (TAE) e reposição dos dias letivos para os docentes quando houve suspensão do calendário acadêmico. No item 3, "Edital de afastamento". Gisley falou sobre o grupo de trabalho que está analisando o fluxo do edital de afastamento, revisão da tabela de pontuações aos servidores que ocupam cargos de gestão. Rosane explicou que após a publicação da Resolução CONSUP/IFPR Nº 185, de 03 de abril de 2024, o grupo de trabalho está avaliando o fluxo contínuo para edital de afastamento e edital de referência, e discutindo a possibilidade de equivalência na pontuação dos servidores que ocupam cargos de direção e coordenação (CD e FG), com base na portaria nº 592, de 22 de dezembro de 2012 que regulamenta o trabalho docente, em detrimento da contabilização da carga horária de aula. A resolução CONSUP/IFPR Nº 185 precisará ser revista para adequação no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Rafael Petermann complementou e solicitou a colaboração dos demais dirigentes sobre a inclusão de um artigo na resolução que trata sobre o edital de afastamento quando não possibilita a contratação de substituto. Graciela mostrou-se preocupada com os TAE que se afastam para realização de pós graduação e o campus fica com acúmulo de atividades e sem possibilidade de contratação de terceirizados pelo pequeno orçamento. Gisley complementou que essa é uma realidade da Reitoria também, com TAEs se afastando para realização de mestrado, além de muitos serem cedidos para outros órgãos para composição de força de trabalho. Ciro sugeriu em relação ao orçamento centralizado da reitoria para dar suporte a contratação de terceirizados para assumir os TAEs que se afastam nos campi do interior. Gisley comentou que no Fórum de Gestão de Pessoas (Forgep), Silvilene Souza da Silva, coordenadora-geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal, discutiu o cenário de obras das instituições, a execução orçamentária referente ao ano de 2023 e o planejamento para 2024 -





levando em consideração, principalmente, os desafios relacionados à expansão e consolidação da Rede, assim como um estudo que viabilize a contratação de substituto para TAE. Rosane explicou que necessita ajustar e aperfeiçoar o plano de desenvolvimento de pessoas (PDP), o principal instrumento de planejamento do desenvolvimento profissional dos servidores, pois antecede a execução de qualquer ação de desenvolvimento no âmbito da administração pública, como por exemplo, a concessão de licença e capacitação. O presidente falou que está buscando ações para dar suporte orçamentário aos campi avançados, estudando modelos de outros institutos no Brasil. Sugeriu sobre a mudança do fluxo processual para contratação de professores substitutos, sendo assim, poderão ficar na gestão dos campi, diminuindo o tempo do fluxo do chamamento público dos candidatos. Com relação aos campi avançados a reitoria pode continuar prestando apoio, nesse sentido será deliberado na próxima reunião do Codir. Lembrou que os servidores que possuem cargo de direção e coordenação possuem redução da carga horária em sala de aula, sem prejuízo em sua progressão funcional. Graciela sugeriu ao grupo de trabalho que pense na equivalência de pontos aos servidores que não possuem função gratificada mas estão assoberbados de demandas administrativas como a seção de Gestão de Pessoas (SEGEPE), de contratos, compras, etc. João Luciano comentou que a inclusão de diretor adjunto, chefe de seção de ensino na tabela de equivalência, visando atender a realidade dos campi avançados. Salientou que atualmente a resolução prevê que o servidor em estágio probatório, consiga entrar no edital de afastamento, o que dificulta a avaliação do gestor que desconhece o desempenho do servidor que está afastado. O presidente explicou que, de acordo com o capítulo IX, que trata dos afastamentos, da lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ampara que o docente possa se afastar mesmo estando no estágio probatório. Ciro questionou se há possibilidade de estabelecer um pedágio de permanência ao professor que consegue permuta, edital de afastamento, ao campus de origem ao qual o servidor conseguiu o afastamento para qualificação. O presidente respondeu que há portaria do MEC que impede a redistribuição durante o estágio probatório, mas há servidores ganhando via judicialmente. Referente à questão do pedágio, a lei prevê que se mantenha no serviço público, é





possível criar uma barreira administrativa, todavia, se o servidor que teve esse impedimento administrativo de realizar permuta ou redistribuição e buscar a via judicial, é praticamente certo o ganho de causa, visto que há inúmeros casos semelhantes. Ricardo Töws sugeriu uma solução para os casos de TAEs que se para se qualificar: a contratação de mais terceirizados para operacionalizar algumas funções administrativas, respeitando assim o direito do servidor em se afastar. Gisley comentou que em breve irá automatizar o sistema da folha de pagamento com a contratação do sistema Integrado Pagamento e Gestão (SIPPAG). No item 2 "Banco Professor-Equivalente". Gisley reforçou que o Banco Professor-equivalente já está distribuído nos campi, e a reitoria não possui código livre. Completou que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) já está fazendo uma previsão de novos códigos para o ano de 2025, assim como a alteração do banco. Justificou que alguns processos sobre alteração de regime foram devolvidos, pois estavam faltando documentos fundamentais para dar prosseguimento, mas serão todos atendidos. Rafael Petermann indagou sobre a condição que os docentes atualmente têm para chegar ao nível de titular ocupando o banco professor equivalente ou se não ocupam esse banco. Gisley respondeu que o banco equivalente é composto por todas as vagas (efetivos e substitutos), mas precisará ser analisado cada caso. Flávia explicou que a possibilidade de equilibrar o banco professor equivalente é a contratação de docente vinte horas. José Barbosa falou que a vaga de professor titular não conta no banco. A vaga de titular que conta no banco é quando consta na abertura de um concurso público para professor titular. A progressão na carreira não influencia o banco. No item 3 "Processo seletivo, remoções e convocações." Gisley falou que as convocações da lista geral do concurso público referente ao ano de dois mil e vinte e três já estão sendo realizadas. Flavia complementou que foi estipulado um prazo até o dia doze de maio para realização da convocação pelos campi. Gisley falou que após realizadas as convocações, será dado seguimento para as remoções dos servidores. No item 4 "Limitações para o Auxílio Transporte Judicial". Gisley explicou que não é possível colocar regras sobre uma determinação judicial, apenas o seu cumprimento, mas irá melhorar o fluxo e comunicação com os campi. No item 6 "Oficinas para COPEX, COENS,





DIPLAD, DIEPEX, SERC etc com as Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas.". Sheila falou que antes de iniciar a greve, já deixou acordado com todos os Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão (DIEPEX) sobre a realização de oficinas semanais, portanto, respeita-se o direito de greve dos servidores e as oficinas serão realizadas em outro momento. Sheila comentou que será feita uma reunião dagui duas semanas com os dirigentes e DIEPEX para dialogar sobre o custo para realização do processo seletivo do IFPR por prova com opções de instituições a serem contratadas; ou por sorteio público e análise de currículo mediante diálogo com o Instituto Federal Catarinense (IFC) para fomentar uma parceria no desenvolvimento de um sistema informatizado sobre processo seletivo no formato citado e seus respectivos custos. Sheila solicitou que os dirigentes respondessem a planilha sobre os cursos ofertados, se houve inclusão, exclusão e precisam estar de acordo com o projeto pedagógico de curso (PPC). O presidente comentou também a possibilidade de utilizar a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para o ensino superior. O presidente explicou que ao buscar a redução de custos com o processo seletivo, o que sobrar poderá ser revertido aos campi, revertido aos jogos escolares e Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação (Se<sup>2</sup>pin). Na Ordem do dia, item 1, "Escolha de 2 dirigentes para o Comitê de Governança Digital (CGD)". O presidente explicou a necessidade de recomposição dos membros do CGD, portanto, pediu a escolha de dois representantes dos Diretores de campi indicados pelo CODIR. O presidente comentou que o regimento interno do CGD não é tão rígido quanto à composição dos membros, então deixou em aberto para a escolha de quatro representantes dos Diretores, sendo dois titulares e dois suplentes. No item 2, "Escolha de 8 dirigentes para o Conselho Superior (CONSUP)". O presidente explicou a necessidade de recomposição dos membros do CONSUP, portanto, pediu a escolha de oito representantes dos Diretores de campi indicados pelo CODIR, sendo quatro titulares e quatro suplentes. O presidente comentou que a votação será pelo Helios Voting, as inscrições se darão no período da tarde de hoje no período das quatorze às quinze horas. O sistema estará aberto para votação amanhã pela manhã no período das oito horas até às onze horas. No item 3,

"Transmissão e gravação das reuniões". O presidente falou sobre a importância





das reuniões do CODIR serem transmitidas ao vivo, em caso de impossibilidade de transmissão, que sejam gravadas e publicadas na página do IFPR, para garantir a transparência das decisões que impactam diretamente a comunidade acadêmica. Gabriel falou sobre uma discussão que houve no grupo de trabalho que está elaborando o regimento do CODIR e questionou sobre a exposição de algum dado sensível durante a transmissão da reunião do CODIR que possa ferir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. O presidente respondeu que já houve casos de recurso em processo de exoneração que foi transmitido na reunião do CONSUP, inclusive os conselheiros tiveram acesso ao processo. Não fere a LGPD, por não expor dados sensíveis ou restritivos. Patricia falou que não havendo exposição dos dados sigilosos o restante é de interesse institucional e público, como por exemplo um processo administrativo disciplinar (PAD), que venha a culminar na exoneração do cargo público, é uma prestação de contas tanto interna quanto externa. Dayane escreveu no chat do google meet um recorte da lei LGPD que trata dos dados sensíveis: "(...) Art. 5° Para os fins desta Lei, considera-se: II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (...)". Barbosa mencionou um caso discutido no CONSUP sobre a exoneração de um servidor(a), que recorreu e trouxe um advogado para representá-lo(a) e fazer a sustentação oral da defesa, contando com a presença do Procurador Federal na época. Silvana recomendou a todos que tenham segurança para a representação do campus ao qual estão ligados. Nesse sentido, sugeriu uma ordem de encaminhamentos para deixar mais claro e fluido para os participantes virtuais das reuniões. Graciela concordou com a transmissão das reuniões do CODIR, que se tenha pautas estruturadas e que os momentos de trocas e compartilhamento de ideias, sem deliberações, não sejam transmitidos. O presidente apresentou a possibilidade de ter reuniões abertas dos dirigentes sem estar atreladas ao CODIR, visando manter o diálogo e o espaço para discussão entre os dirigentes. Em relação ao CODIR, o presidente sugeriu o envio da pauta com antecedência, estabelecendo um cronograma com reuniões





presenciais e reuniões por videoconferência. Deividson sugeriu a criação de um espaço informal no final da reunião do CODIR para trocas e compartilhamentos entre os dirigentes, sem a necessidade de transmissão e gravação. Todos concordaram com a transmissão das reuniões do CODIR, exceto nos casos em que não for possível a transmissão, sendo então disponibilizada a gravação na página do IFPR, desde que haja um espaço informal para diálogo e troca de experiências e vivências entre os dirigentes após a reunião oficial do CODIR, sem transmissão e gravação. Dayane concordou que as reuniões do CODIR devem ser estruturadas em pautas para deliberação das discussões e transmitidas para a comunidade acadêmica, com a inclusão de um espaço informal para troca de experiências e ideias após a reunião do CODIR. Barbosa solicitou o adiantamento do Informes, item 5, "GT-Neabi - Construção de protocolo institucional para orientação a casos de racismo entre discentes". Cleverson Ramom apresentou a "Cartilhouvi", sobre orientações para cadastro e encaminhamento de denúncia de assédio, discriminação racial, por identidade de gênero ou por orientação sexual (anexo I). Gabriel relatou que em seu campus houve recentemente uma situação de denúncia, na qual montou um processo no SEI com detalhamento processual e também registrou um boletim de ocorrência enquanto pessoa física e questionou se esses encaminhamentos foram adequados. Cleverson sugeriu que ele tratasse diretamente desse assunto com Cézar Fonseca, o atual ouvidor do Instituto Federal do Paraná. Graciela comentou que recebeu denúncia de assédio do Comando de Greve local por parte de professores em relação aos estudantes, incentivando-os a continuar frequentando as aulas. O Comando de greve entendeu que não era necessário seguir com os devidos encaminhamentos, pois os estudantes eram adultos. Sugeriu que a instituição investisse em mais formação aos servidores sobre esse fluxo de denúncias. Giancarlo explicou como é realizado os encaminhamentos no campus Curitiba: a primeira ação é comunicar a ouvidoria, em seguida a direção de ensino conversa com o possível assediador e a psicóloga do campus acolhe e conversa com a possível vítima, visando resguardar ambas as partes. Reforçou que pode compartilhar com os demais presentes o Fluxo de tratamento para o processo de denúncia do campus Curitiba (anexo II). Daniel complementou que é necessário





acionar o Conselho Tutelar em casos de qualquer tipo de violência envolvendo estudantes menores de idade. Marcio destacou a importância de haver um processo formativo em todos os campi, além da presença de servidores especializados em acolher os estudantes. Patricia mencionou que todos os núcleos, como por exemplo o Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Gênero, Diversidade e Inclusão (NUGeDI), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), serão concentrados na assessoria técnica do gabinete do reitor, visando melhorar o fluxo de comunicação. A Coordenadoria dos Núcleos de Necessidades Atendimento às Pessoas com Educacionais Específicas (CONAPNE), será mantida na Pró-Reitoria de Ensino (PROENS). No item 4, "Apresentação do Regimento Interno do CODIR". Giancarlo apresentou a minuta do Regimento Interno do CODIR, elaborada pela comissão responsável pelo desenvolvimento do Regimento do Colégio de Dirigentes. Esse documento será disponibilizado amanhã, dia 24/04/24, a todos os dirigentes, permitindo que realizem suas contribuições ao longo de um período de dez dias, podendo este prazo ser estendido. Após esse período, a comissão fará os ajustes necessários para, então, apresentá-lo oficialmente na próxima reunião, que ocorrerá no mês de maio. Os membros indicados pelo CODIR à representação do CGD são: como primeiro membro titular o dirigente Cleverton Juliano Alves Vesentini, tendo como suplente o dirigente Hugo Alberto Perlin. Para a segunda vaga de titular, definiu-se o dirigente Deividson Luiz Okopnik com seu suplente sendo o dirigente Rafael Poltronieri. A ordem de inscrições para a escolha dos membros que representarão o CODIR no CONSUP são: Silvana Lazzarotto Schmitt, Gabriel Augusto Cação Quinato, Cleverton Juliano Alves Vesentini, Graciela Cabreira Gehlen, Rafael Poltronieri, Hugo Alberto Perlin, Ciro Bächtold, Ricardo Töws, Deividson Luiz Okopnik, Rafael Petermann. Seguindo essa ordem de inscrição, os candidatos à representação no CONSUP fizeram suas manifestações de candidatura por um período de até três minutos. Barbosa comunicou que na reunião do dia seguinte, o período da tarde será reservado para o atendimento dos servidores que necessitarem de diálogo com as demais pró-reitorias. Ele também discorreu sobre a distribuição de recursos, seguindo a orientação da Secretaria de





Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), por meio de uma portaria que autoriza a matriz orçamentária do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) para a distribuição de recursos. Barbosa explicou sobre a comissão central da reitoria, na qual participam todos os pró-reitores e diretores sistêmicos, responsáveis pelo processo de expansão e implantação dos cinco novos Institutos dentro dos municípios, com uma comissão local indicada pelo município. O prazo final de envio da documentação à SETEC é até final do mês de maio. A previsão da SETEC foi dividida em três fases, com investimento de dotação classificada com "RP3" de vinte e cinco milhões por campus, sendo quinze milhões para infraestrutura e dez milhões para mobiliário e equipamento. A fase um inclui a construção de um bloco didático com sala administrativa e biblioteca provisória, salas de aula e quatro laboratórios básicos de química, física, biologia e informática, guarita, cercamento do terreno e refeitório. Ao solicitar uma emenda parlamentar para deputados federais na inclusão ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é necessário descrever a indicação de valor. Barbosa lembrou que a indicação é de três mil a quatro mil reais o metro quadrado da obra. Barbosa comentou que está realizando uma ação coletiva com a SETEC para construção de refeitórios para os dezessete campi que ainda não possuem. O valor previsto pela SETEC para construção de um bloco didático é de oito milhões de reais, caso a obra ultrapasse em um milhão de reais, é preciso que o reitor e o dirigente do campus assumam o compromisso de conseguir orçamento complementar para a conclusão da obra. Paulo Fortes perguntou se o Barbosa sabe algo sobre a alteração de tipologia dos Campi Avançados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, no qual o campus Coronel Vivida foi elencado. Barbosa respondeu que dentro das próximas semanas a portaria será emitida. Kayla perguntou qual seria o investimento do governo para contratação de recursos humanos. Barbosa respondeu que foi algo amplamente debatido, com uma projeção de quinze mil novos códigos de vagas. Joaquim comentou que neste ano de 2024 as emendas parlamentares foram destinadas para as universidades federais e sugeriu para todos se organizarem juntos aos deputados federais para conseguir emenda parlamentar para o ano de 2025. João Luciano comentou a





necessidade de rever o organograma institucional. Brandão falou sobre o trabalho sistemático que vem realizando para aquisição de emendas de bancadas parlamentares com os deputados federais para o IFPR. Baseou-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR para traçar as prioridades de cada campus. No entanto, Brandão enviará um memorando para cada dirigente a fim de confirmar as prioridades para emendas de bancada parlamentar. Barbosa respondeu que, no que diz respeito ao organograma interno, pode estar sendo revisto. Quanto à criação de código de vaga, Funções Gratificadas (FG) e/ou Cargos de Direção (CD), isso é competência da SETEC/MEC. Gabriel mencionou a necessidade de discutir o mínimo orçamentário para os campi avançado, como, por exemplo, carro oficial, porteiro, oficial de manutenção, entre outros. Barbosa explicou que a matriz CONIF não foi atualizada desde 2021 e que o repasse orçamentário a todos os campi é feito através da SETEC/MEC. O próximo Codir será realizado por videoconferência no mês de maio, em data a ser definida. Adriano mencionou que o Parque Tecnológico Itaipu (PTI) doou cento e cinquenta mil reais para o IFPR, destinados ao pagamento de bolsas de projetos. No dia três de maio, no município de Londrina, ocorrerá um evento de publicação de parceria da Usina de Itaipu com as Instituições públicas de ensino do Paraná e algumas do Mato Grosso do Sul, com recursos para custear bolsas de extensão para Sustentabilidade Territorial da Itaipu Binacional. A reunião dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica da Região Sul (Reditec Sul) está temporariamente suspensa devido à suspensão dos calendários acadêmicos dos IFs do Rio Grande do Sul. Finalizada a pauta, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão às dezessete horas, da qual eu, Ricardo de Brito Buguéra, da Secretaria dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada será assinada pelo presidente e demais presentes.

Ata enviada via e-mail aos participantes na data de 16 de maio de 2024, para validação.

Ricardo de Brito Buquéra Secretaria dos Órgãos Colegiados

# Encaminhamento de denúncias





#### **Encaminhamento de denúncias**

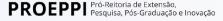
**Diagnóstico**: Ausência de canais e informações para o encaminhamento de denúncias de Racismo (Neabi)



### DESAFIOS Encaminhamento de denúncias

- O que fazer diante de denúncias de assédio, discriminação racial, por identidade de gênero ou por orientação sexual?
- Como facilitar o acesso à informação para encaminhamento de denúncias?
- Objetivo: Facilitar o acesso à informação para encaminhamento de denúncias, por meio da confecção de material informativ





#### **Encaminhamento de denúncias**

#### Reunião: 14 de Março de 2023

N°	Nome	Representação
1	Cleverson Ramom Carvalho Silva	NEABI
2	Sandro Ballande Romanelli	Comitê de Ética
3	Gismar Schilive de Souza	Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
4	Cezar Fonseca	Ouvidoria



### Você presenciou alguma destas situações no IFPR?

- ☐ Violação de direitos humanos
- ☐ Assédio
- Discriminação racial



**Se a reposta for sim, denuncie.** Saiba como:







#### Manuais e Orientações

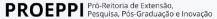






Guia Lilás





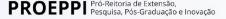
### Material de divulgação Encaminhamento de denúncias

a) Informações mais abrangentes: Banner a ser afixados nos Campi. Informações mais voltadas a denúncias específicas



b) Informações mais detalhadas: Cartilha com orientações (Ouvidoria)

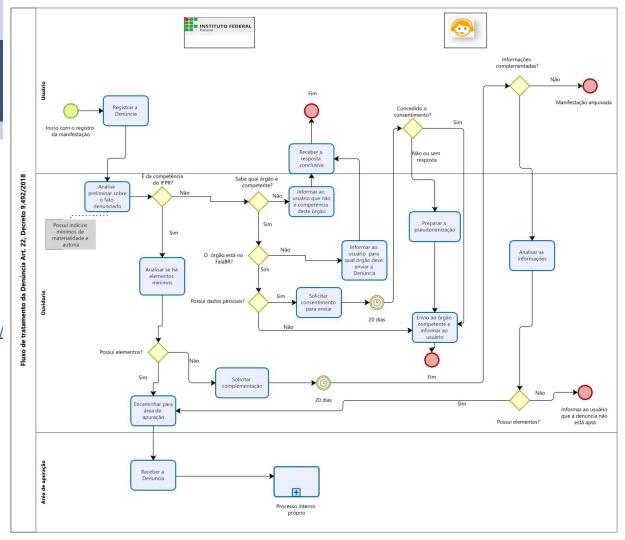




#### **OUVIDORIA - IFPR**

Fluxo de Processo detalhado disponível no site:

https://ifpr.edu.br/institucional/orgaos-de-controle/ uvidoria/fluxos-de-tratamento/





Apresentação ao CODIR ocorrido durante o SEPIN (Junho de 2023)

Banner impresso e entregue às Diretorias Gerais

### DESAFIOS Encaminhamento de denúncias

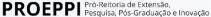
- Capacitação das "Escutas acadêmicas"

  Quem vai acolher essas denúncias nos Campi? SEPAE?

  Secretaria de Registros Escolares? Biblioteca?

  Professores(as)?
- Dar encaminhamento efetivo para a denúncia. Há necessidade de uma comissão específica?







## **THANKS!**

Alguma dúvida?

